

# EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO BRASIL COMO FORMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL<sup>1</sup>

*FAMILY FARM'S ASSOCIATIVE EXPERIENCES IN SOUTHERN BRAZIL AS STRATEGIES FOR SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT*

Pedro Ivan Christoffoli<sup>\*</sup>  
Paulo Alexandre Nunes<sup>\*\*</sup>  
Anelise Graciele Rambo<sup>\*\*\*</sup>  
Tiago da Costa<sup>\*\*\*\*</sup>

## RESUMO

O desenvolvimento do agronegócio brasileiro promove um modelo econômico excludente e predatório. Sua ascensão se dá mediante a destruição das comunidades tradicionais e a apropriação do trabalho e da natureza pelo capital. Este artigo propõe uma leitura acerca da importância de experiências associativas como formas de resistência no âmbito da agricultura camponesa na região Sul do Brasil. São apresentadas experiências de economia solidária que retratam essa diversidade de ações coletivas. Pretende-se evidenciar a importância emergente da economia solidária para a agricultura familiar e camponesa bem como sua contribuição aos processos de desenvolvimento rural alternativo ao crescimento destrutivo promovido pelo capital.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural sustentável. Agricultura Familiar. Reforma agrária. Cooperativas rurais.

## ABSTRACT

The development of Brazilian agribusiness promotes social exclusion and predatory economic model. His ascension promotes the destruction of traditional communities and the appropriation of nature by capital. This article proposes a reading of the importance of associative experiences as forms of resistance in the context of peasant agriculture in southern Brazil. Are presented experiences of solidarity economy that portray this diversity of collective experiences. It is intended to highlight the emerging importance of the social economy to family and peasant agriculture and its contribution to rural development processes alternative to destructive growth promoted by capital.

**Keywords:** Sustainable rural development. Family farm. Agrarian reform. Rural cooperatives.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância de experiências associativas e autogestionárias no âmbito das estratégias de resistência da agricultura camponesa na região Sul do Brasil. Partindo da discussão do espaço rural, busca-se refletir sobre os desafios atuais de se construir no meio rural brasileiro, estratégias para o desenvolvimento sustentável, tendo como referência o campesinato empobrecido e cada vez mais ameaçado pelo desenvolvimento do capital. O artigo busca no Censo

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão revisada e ampliada do artigo Experiências coletivas e autogestionárias na agricultura familiar da região Sul do Brasil apresentado ao IV Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores” realizado em João Pessoa, PB em Julho de 2013.

<sup>\*</sup> Mestre em Administração (UFPR) e Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UNB). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: pedroivanc@gmail.com

<sup>\*\*</sup> Economista, Mestre em Economia (UEM). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: paulonunes\_78@hotmail.com

<sup>\*\*\*</sup> Mestre em Geografia e Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: ane\_rambo@yahoo.com.br

<sup>\*\*\*\*</sup> Mestre em Administração (UDESC). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: tiago.costa@uffs.edu.br

Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) e no Atlas da Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2006) dados referentes à região Sul do Brasil, com foco em experiências coletivas e agroindustriais no espaço rural e, sobretudo na agricultura familiar e camponesa<sup>2</sup>.

Na sequência, são apresentados quatro estudos de caso que retratam a diversidade de experiências coletivas que emergem no âmbito da agricultura familiar dos três estados. No Estado do Paraná, retratou-se a experiência da Cooperjunho, que mostra como uma organização de pequeno porte, formada a partir de um grupo de mães agricultoras, se converteu em uma experiência associativa capaz de organizar dezenas de famílias e fornecer produtos agroecológicos e industrializados para os programas públicos institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) e feiras ecológicas. Já em Santa Catarina foi apresentado o caso da Cooperunião, em que mais de duas centenas de trabalhadores se uniram para constituir uma das maiores experiências coletivas integrais na agricultura no país. Finalmente, o Rio Grande do Sul, são apresentadas a cooperativa autogestionária produtora de etanol (Coopercana), que estimulou o surgimento de pequenas associações também produtoras de etanol, e um programa municipal de desenvolvimento agroindustrial denominado Pacto Fonte Nova, estruturado sob a forma de uma cooperativa.

Ao abordar essas experiências, pretende-se evidenciar a importância da economia solidária para a agricultura familiar e camponesa, bem como sua contribuição aos processos de desenvolvimento do meio rural.

## **2. A INSUSTENTABILIDADE DO MODELO ATUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO E OS DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DE UMA RURALIDADE CAMPONESA**

O espaço rural, segundo Wanderley (2009), é socialmente construído pelos seus habitantes em função das relações fundadas nos laços de parentesco e vizinhança. Essas coletividades são depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária à dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio. Tais grupos não são isolados, estão integrados em espaços sociais mais amplos, por meio de complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana, em que penetram relações e valores capitalistas de produção que, ora potencializam, ora limitam a existência de um setor camponês no Brasil e no mundo. É nesse espaço que têm emergido inúmeras experiências associativas, cooperativas e autogestionárias no âmbito da agricultura familiar e camponesa.

A dinâmica socioeconômica vivida no Brasil e no mundo nas últimas décadas viu o surgimento de um modelo neoliberal que promoveu um amplo desmonte da figura do Estado provedor (como no caso da Europa) ou desenvolvimentista (Brasil) em prol de um novo padrão de desenvolvimento capitalista. No que diz respeito ao desenvolvimento agrícola brasileiro, esse modelo se fortalece na defesa do agronegócio, que está baseado na aliança entre o latifúndio e capital financeiro e que tem no controle da legislação, das políticas e dos fundos públicos seus instrumentos vitais de ação. E vem avançando com uma voracidade insaciável sobre terras (camponesas, indígenas, públicas), recursos naturais (florestas, recursos genéticos, água) e sobre o trabalho rural (cobrança de *royalties* sobre sementes, alterações no padrão produtivo, apropriação do sobretrabalho camponês via controle de agroindústrias e canais de comercialização).

---

2 Para efeito deste trabalho consideramos os termos agricultura camponesa e familiar como sinônimos. Entretanto, uma discussão mais aprofundada e precisa acerca do uso destes dois conceitos e explicitando suas diferenças pode ser encontrada em Caldart et al. (2012, p. 26 e seguintes)

O movimento de resistência da luta camponesa, originado nos conflitos pela terra dos anos 1970 a 1990, foi sendo gradativamente contido e restringido a zonas específicas do meio rural. Perdeu-se ao longo dos últimos anos a batalha nas cidades em que a mídia partidária (conforme Gramsci<sup>3</sup>) e o judiciário venal contribuíram para a criminalização de movimentos sociais que ainda ousavam lutar contra os limites impostos pela governabilidade capitalista. A negação da reforma agrária como alternativa estruturante para o campesinato brasileiro e para o enfrentamento ao poder do agronegócio junto ao Estado é reflexo dessas mudanças que recolocam o espaço rural e a espoliação da natureza como eixos de acumulação do capitalismo brasileiro.

A economia nacional sobrevive hoje em grande medida graças aos excedentes gerados pelas exportações de *commodities*<sup>4</sup>, sejam elas minerais, florestais ou agrícolas. Esse movimento, diga-se de passagem, não é apenas nacional, visto o forte afluxo de capital estrangeiro alocado na compra de terras e recursos naturais brasileiros (desde a privatização das hidrelétricas, siderúrgicas, mineradoras, etc.) até o processo recente de acaparamento de terras registrado nos países pobres do sul do mundo.

Se, por um lado, visualiza-se um aumento no número de estabelecimentos da agricultura familiar, entre 1996 e 2006, passando de 4.139 a 4.551 milhões, por outro, há uma diminuição de sua área, de 107.8 a 106.8 milhões de hectares no mesmo período, conforme dados dos Censos Agropecuários dos respectivos anos (IBGE, 2014). Ademais, o fenômeno de redução da população rural também se expressa na região Sul do Brasil, mostrando reflexos também no número de estabelecimentos agropecuários. Conforme os dados do Censo, a região Sul possuía em 2006, 1.006.203 estabelecimentos agropecuários, 849.693 estabelecimentos com agricultura familiar (AF) e 156.510 estabelecimentos com agricultura não familiar.

**Tabela 1:** Distribuição dos estabelecimentos agropecuários entre os estados da região do Sul/Brasil, 2006.

Estados	Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Estabelecimentos da Agricultura não familiar
Paraná	302.828	68.235
Santa Catarina	168.512	25.156
Rio Grande do Sul	378.353	63.119
Total	849.693	156.510

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Ainda que o número de estabelecimentos agropecuários vinculados à AF supere significativamente o número de estabelecimentos patronais, sua área total representava apenas 31,25% da área total dos estabelecimentos agropecuários na região. Depois do grande êxodo provocado pela implantação da revolução verde nos anos 1950-60, o número de estabelecimentos da AF se estabilizou e vem em um lento declínio desde o ano de 1970, demonstrando que, na condição atual, as unidades camponesas

<sup>3</sup> A imprensa seria uma “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica e ideológica”. Nesse sentido, no “exercício normal da hegemonia”, a imprensa torna-se um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia as suas ações no campo cultural e político (GRAMSCI, 2006; BRAVO, 2011).

<sup>4</sup> A balança de pagamentos brasileira em 2012 reflete essa dependência: O saldo da balança comercial do agronegócio gerou 79 bilhões de dólares de superávit. A balança dos demais setores resultou em déficit de 60 bilhões de dólares (SECEX/MDIC, 2013; RYDLEWSKI e CAMPOS, 2013).

estagnaram e tendem a uma redução gradual<sup>5</sup> com perda de suas relevâncias econômica e social.

Esse conjunto de questões relacionadas ao campesinato pobre do Brasil e da região Sul, em particular, o coloca em uma encruzilhada, na qual, como no enigma da esfinge, o dilema é decifrar formas de organização e estratégias que levem a um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural ou, caso contrário, veremos surgir uma nova e definitiva leva de redução<sup>6</sup> da população rural na linha do horizonte.

Para essa discussão é essencial apontar os limites do conceito de desenvolvimento rural sustentável. Um conceito que emerge nas discussões internacionais para tentar impor condições ao crescimento desenfreado do capitalismo sem limites, mas que logo é apropriado pelo capital e domesticado como ferramenta de *marketing*. O espaço rural brasileiro se viu tomado por uma visão de desenvolvimento que nega a possibilidade de formas alternativas de organização e produção, e que se utiliza da natureza como plataforma de exploração no sentido mais predatório imaginável

Importa ressaltar que esse redimensionamento do que se entende por rural vai no sentido de apreender a diversidade da agricultura e do meio rural, a qual se mostrava invisível diante da rigidez e do engessamento de perspectivas analíticas pautadas nos ditames da revolução verde. Nesse sentido, Ploeg (2006) trata do *squeeze* na agricultura, consequência, em certa medida, de resultados produtivos bem-sucedidos da modernização da agricultura, mas, dramáticos resultados sociais, representando, frequentemente, um decréscimo das condições de vida dos agricultores.

Em resposta a essa realidade, constituiu-se uma heterogeneidade dos processos de mercantilização da agricultura familiar resultando numa pluralidade de estilos de agricultura (PLOEG, 1993, 2004) e de estratégias de reprodução perante a generalização das relações mercantis. Para Ploeg (2003), os estilos de agricultura podem ser considerados como algumas das muitas respostas para o projeto da modernização. Alguns deles representam e reproduzem a internalização do projeto de modernização e são materialmente dependentes de sua continuação. Outros, por sua vez, representam um distanciamento e uma desconstrução de toda limitação e todo controle impostos pelo projeto modernizador.

Portanto, os estilos de agricultura não necessariamente são opostos ao projeto modernizador dominante, derivando e resultando em situações diversas, tanto de maior autonomia como gerando maior dependência e, portanto, em situações de maiores ou menores diversidade e diversificação.

Nesse sentido, Ellis (2000) trata da capacidade de reação e da capacidade de adaptação. A primeira resultaria de uma incapacidade de buscar alternativas, impondo a reprodução de estilos de agricultura marcados pela verticalidade das relações entre agricultores e mercados. A segunda estaria pautada na possibilidade de buscar certo distanciamento visando a construção de alternativas. Neste caso, é importante considerar que as motivações que levam os agricultores a constituírem determinados estilos de agricultura estão vinculadas ao padrão de desenvolvimento rural predominante em determinado recorte espacial e temporal.

---

<sup>5</sup> O número total de estabelecimentos na região Sul do Brasil caiu de 1,274 milhão, em 1970, para 1,010 milhão em 2006. Ou seja, houve uma leve redução no número absoluto de estabelecimentos. O pessoal ocupado na agricultura, no entanto, passa por fenômeno muito mais acentuado, caindo de 4,191 milhões de pessoas, em 1970, para 2,884 milhões em 2006 (IBGE, 2014). Essa perda se deu basicamente nos pequenos estabelecimentos agropecuários.

<sup>6</sup> Enquanto no Brasil ainda há em torno de 16% da população vivendo no meio rural, nos EUA e na Europa essa proporção cai para menos de 5% na maioria dos países. Ou seja, no Brasil, sob hipótese alguma, essa população pode ser considerada um segmento marginal.

Diante disso, considera-se que os estilos de agricultura pautados na capacidade de adaptação, ou então, na construção de alternativas, de modo geral, pautam-se na constituição de experiências coletivas e autogestionárias que possibilitam o desencadeamento de processos de desenvolvimento rural mais sustentáveis. Sendo assim, considera-se que a agricultura familiar/camponesa não apenas reage ou se adapta aos condicionantes externos, mas também é capaz de agir de forma propositiva (SCHNEIDER, 2007).

### 3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DE RESSOCIALIZAÇÃO E RECONSTITUIÇÃO DE ESTRATÉGIAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO

As formas de socialização no meio rural do Brasil, historicamente, empregaram estruturas e práticas associativas de organização da produção e do trabalho como um de seus componentes (como por exemplo, os mutirões). Ainda que não seja o principal deles, visto a configuração familiar da pequena agricultura por um lado, e a empresarial, do latifúndio, por outro, as formas associativas crescem de importância na medida em que o avanço de relações capitalistas no campo desestrutura parte significativa do campesinato.

A partir dos anos 1950, quando o projeto de desenvolvimento capitalista moderno é implantado no Brasil via Extensão Rural (FONSECA, 1985), diversos autores identificaram a emergência de formas associativas de trabalho camponês que representaram tentativas de fortalecimento da sociabilidade camponesa via estruturas socioeconômicas de resistência (CHACON, 1959; MARTINS, 1984; ESTERCI, 1984; CONCRAB, 1997; MELLONI, 1999; CHRISTOFFOLI, 2000). É nesse contexto que emergem, também no meio rural, as organizações de tipo coletivista, conforme caracterizadas no Quadro 1.

**Quadro 1.** Características das organizações coletivistas

Dimensões	Caracterização
Autoridade	Reside na coletividade como um todo: só chega a ser delegada temporariamente e está sujeita a ser cassada. Presta-se obediência ao consenso da coletividade, que é sempre fluido e aberto às negociações.
Normas	Normas estipuladas mínimas. Primazia das decisões <i>ad hoc</i> , individualizadas; alguma previsibilidade possível com base no conhecimento da ética substantiva envolvida na situação.
Controle social	Os controles sociais baseiam-se primariamente em atrativos personalísticos ou moralísticos e na seleção de pessoal homogêneo.
Rel. sociais	Ideal da comunidade. As relações devem ser holistas, pessoais e valiosas em si mesmas.
Recrutamento e Seleção	Emprego baseado em amigos, valores sociopolíticos, atributos de personalidade e conhecimento e aptidões informalmente avaliados. O conceito de promoção na carreira não é significativo; não há hierarquia de posições.
Estrutura de incentivos	Os incentivos normativos e de solidariedade são primordiais; os incentivos materiais são secundários.
Estratificação social	Igualitária; os diferenciais de recompensa, quando existem, são estritamente limitados pela coletividade.
Diferenciação	Divisão mínima do trabalho; a administração se combina com as tarefas de execução; a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual é reduzida. Generalização dos cargos e funções; papéis holistas. Desmistificação da especialização.

**Fonte:** Christoffoli, 2000 (Adaptado de HALL, 1984; ROTHSCCHILD-WHITT, 1979).

A partir dos anos 1980, com o ocaso da ditadura militar e a emergência dos movimentos sociais e sindicais no campo, há certa efervescência no surgimento de iniciativas associativas visando constituir um novo sujeito social vinculado a um projeto político transformador, colocando o campesinato como elemento central de organização do rural. Fazem parte dessa etapa recente das lutas sociais rurais o Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Há também o ressurgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a partir de sua vinculação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Aspectos como a desmotivação e a inviabilização crescentes de grande parcela do campesinato, o conseqüente esvaziamento das comunidades rurais e o crescimento de relações mercantis, nas quais antes predominava a solidariedade e o compadrio, levaram a que os laços sociais rurais se esgarçassem numa perda gradual de força, ao ponto de sobreviver apenas na memória dos idosos. Entretanto, a contraposição dos atores sociais rurais tem sido a colocação de estratégias associativas e cooperativas de novo tipo como elementos para a necessária resistência socioeconômica e, em menor medida, cultural do campesinato. Para dimensionar tal esforço, buscou-se neste estudo verificar se essas estratégias se expressam nos dados do Censo Agropecuário do IBGE e no Censo da Economia Solidária elaborado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES/MTE).

#### 4. A PRESENÇA DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO NO MEIO RURAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Ainda que evidências empíricas demonstrem um crescimento no processo de cooperação no meio rural do Sul do país, os dados do Censo Agropecuário do Brasil realizado pelo IBGE, em 2006, aparentemente não conseguiram captar claramente essa dinamicidade da economia solidária existente no *rural brasileiro*, como apresentado a seguir:

##### 4.1 Agroindústrias rurais como empreendimentos da Ecosol no Censo Agropecuário

Apesar de o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) não dispor de questões específicas para captar a dinâmica da economia solidária no meio rural, buscou-se por meio de algumas inferências e análises estatísticas identificar aspectos relacionados com atividades econômicas exercidas de forma associativa, o que configura ao menos uma apreensão parcial da diversidade e da realidade da cooperação na agricultura camponesa. Um aspecto interessante da tabela 2 é que na agricultura familiar apenas 3% dos estabelecimentos mostram-se estruturados na forma coletiva, ao passo que na agricultura *não familiar*, esse percentual chega a 15%, sendo 5,7% de condomínios, 1,8% sob a forma de cooperativas, 5,8% como sociedades anônimas ou por cotas e 1,6% sob outras formas não tipicamente capitalistas. Ou seja, o capital tem assumido formas coletivas de propriedade, em escala 5 vezes maior do que os agricultores familiares.

Tabela 2 - Distribuição da condição legal dos produtores na região sul do Brasil, 2006.

Condição legal do Produtor	Estabelecimentos da Agricultura Familiar	%	Estabelecimentos da Agricultura não Familiar	%
Proprietário individual	820.241	86,04	133.104	13,9
Cond., consórcio ou socied. de pessoas	25.086	73,65	8.976	26,3
Cooperativa	0	0,00	2.845	100,0
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	0	0,00	9.024	100,0
Instituição de utilidade pública	0	0,00	430	100,0
Governo (federal, estadual ou municipal)	0	0,00	637	100,0

Outra condição	4.366	74,51	1.494	25,4
----------------	-------	-------	-------	------

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Sobre o processo de transformação dos produtos *in natura*, pode-se observar na Tabela 3 o número de agroindústrias nos estabelecimentos agropecuários na agricultura familiar. É marcante o fato de que as agroindústrias comunitárias representem um percentual muito pequeno do total.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários com instalação de beneficiamento de agricultura familiar nos estados da região Sul do Brasil, 2006.

Tipo de beneficiamento	PR		SC		RS		Total
	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	
Beneficiamento próprio	19.990	14,42	18.745	13,52	99.890	72,06	138.625
Benef. comunitário	235	37,66	56	8,97	333	53,37	624
Benef. de terceiros	1.037	28,39	576	15,77	2.040	55,84	3.653

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Paralelamente a essas informações, é importante visualizar o valor gerado pelas agroindústrias, conforme a tabela 04.

Tabela 4 - Valor gerado pelas agroindústrias nos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar, em milhões de reais, e sua participação ao total por estado da região Sul do Brasil, 2006. (em milhões de R\$)

Estados	Agricultura Familiar		Agricultura não Familiar		Total
	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	
Paraná	50,7	61,10	32,3	38,90	83,0
Santa Catarina	66,9	76,89	20,1	23,11	87,0
Rio Grande do Sul	216,3	76,64	65,9	23,36	282,2

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Conforme pode ser observado na tabela 04, o valor gerado pelas agroindústrias vinculadas à agricultura familiar é superior ao daquelas vinculadas à agricultura não familiar em todos os estados da região Sul do Brasil no ano de 2006. Isso evidencia a importância econômica do processamento de produtos para a manutenção dos agricultores familiares no campo. Também os dados chamam atenção para o dinamismo agroindustrial do Rio Grande do Sul, muito superior aos do Paraná e de Santa Catarina.

Os principais produtos das agroindústrias familiares da região Sul do Brasil estão relacionados na Tabela 5. Entre eles, destacam-se os derivados do leite (queijo e requeijão), carnes bovina e suína, produtos de confeitaria, vinhos, aguardente e outros.

Tabela 5 - Relação dos principais produtos das agroindústrias familiares na região Sul do Brasil, 2006 (em mil reais).

Produtos	VALOR	%
Queijo e requeijão	62.755,00	21,19
Carne de bovinos (verde)	60.660,00	20,48
Carne de suínos (verde)	40.750,00	13,76
Pães, bolos e biscoitos	21.866,00	7,38
Vinho de uva	20.522,00	6,93
Aguardente de cana	18.208,00	6,15
Carne de outros animais (verde)	14.208,00	4,80

Embutidos (linguiças, salsichas, etc.)	12.147,00	4,10
Carvão vegetal	10.608,00	3,58
Melado	8.503,00	2,87
Doces e geleias	7.130,00	2,41
Farinha de mandioca	3.450,00	1,16
Fumo em rolo ou corda	2.600,00	0,88

**Fonte:** Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A questão da distribuição geográfica dos estabelecimentos rurais com agricultura familiar nos municípios da região Sul do Brasil, no ano de 2006, pode ser verificada na Figura 1.<sup>7</sup>

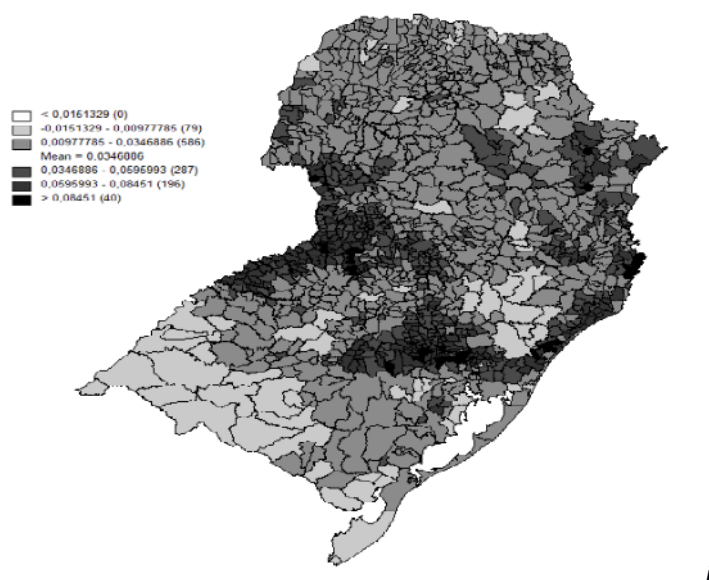


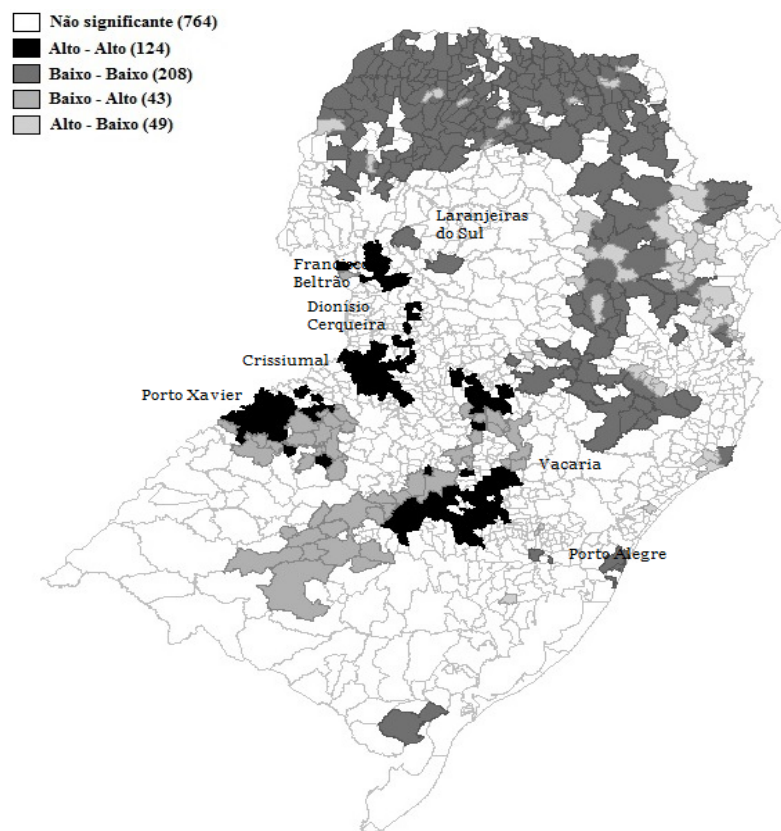
Figura 1. Distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar na região Sul do Brasil. 2006. Fonte IBGE. Elaboração dos autores

Com base na Figura 1, pode-se visualizar que há concentrações de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, sobretudo no sudoeste paranaense, oeste catarinense e o noroeste rio-grandense. Nessas regiões, pode-se observar que boa parte dos municípios possui densidade superior a 0,085 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar por hectare (a cada 100 hectares, temos 8,5 estabelecimentos da AF). Semelhante concentração se observa na distribuição das agroindústrias no âmbito da agricultura familiar.

Visualiza-se pela Figura 2 que as regiões Sudoeste Paranaense, Oeste Catarinense e o Noroeste Rio-Grandense se sobressaem em termos de concentração de agroindústrias familiares. Há ainda outras regiões do RS que apresentam alta concentração agroindustrial familiar, como é o caso da Serra Nordeste e Região Colonial dos vales próximos a Porto Alegre. O cruzamento de dados de concentração de agroindústrias e de unidades de produção agrícola de tipo familiar permite identificar aglomerações (*clusters* positivos) dos estabelecimentos de agricultura familiar com as instalações de beneficiamento, como observados no sudoeste paranaense, oeste e centro catarinense, noroeste, centro e sul rio-grandense.

<sup>7</sup> Foi utilizada a análise da distribuição dos estabelecimentos rurais com Agricultura Familiar nos municípios que fazem parte da região, no ano de 2006, variável essa intensificada pela área rural total municipal. A esse respeito ver Florax e Nijkamp (2003); Lesage (2009); Haddad e Pimentel (2004); e Anselin (1995).





**Figura 2** - Distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar com instalações de beneficiamento na região Sul do Brasil – 2006.  
 Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo do IBGE.

Essas regiões, não casualmente, são regiões tradicionais de colonização e de luta camponesa, aliadas a condições de topografia que serviram para, num certo sentido, proteger a agricultura familiar da expansão voraz do latifúndio e do agronegócio. Mais recentemente, outras regiões se somaram a essas, via criação e consolidação de áreas reformadas pela concentração de assentamentos da reforma agrária.

#### 4.2 Atlas da Economia Solidária do Brasil

Outro levantamento, mais limitado, mas importante pelos aspectos qualitativos e por seu ineditismo e sua abrangência, foi o Atlas da Economia Solidária, uma espécie de censo parcial da Ecosol no país, levado a cabo pela Senaes, em 2005 (com atualização em 2007). Ainda que haja muitas lacunas nesse levantamento<sup>8</sup>, o Atlas se constitui hoje na principal referência em termos de mapeamento dos dados da economia solidária no país. Buscou-se neste trabalho então, dados referentes à região Sul do Brasil, em particular aos empreendimentos localizados e atuantes no meio rural.

Foram identificados 3.583 empreendimentos envolvendo mais de meio milhão de pessoas associadas ou beneficiárias, tanto no meio urbano como no rural, sendo 46% deles organizados como grupos informais, 32% como associações e 18,7% na forma de cooperativas. Do total, a maioria tinha atuação exclusivamente urbana (40%), enquanto

<sup>8</sup> Uma lacuna identificada é a da sub-representação dos empreendimentos, tanto rurais como urbanos, dos municípios do interior dos estados, principalmente em regiões onde não havia abrangência de organizações fortes da Ecosol ou universidades ligadas ao levantamento.

outros 1.294 empreendimentos (36,4%) tinham atuação exclusivamente rural e 819 (23%) tinham atuação mista (rural e urbana). Os empreendimentos envolviam uma média de 154 trabalhadores beneficiários diretos de sua atuação. Em relação aos aspectos econômico-financeiros, a maioria dos grupos não alcançou faturamento significativo, sendo que 55% deles faturaram menos de R\$ 5.000 mensais no período das entrevistas. Já em torno de 15% faturaram acima dos cinquenta mil reais mensais, ao passo que 1.254 (35%) não apresentaram nenhum faturamento (possivelmente se tratando de empreendimentos iniciantes ou que atuavam mais como ferramentas de representação política).

Analisando esses dados, verificamos que as formas cooperadas não se desenvolveram significativamente no meio rural, ao menos estatística e quantitativamente. Por sua vez, considerando, sobretudo, diferentes estudos de caso, é possível afirmar que essa situação demanda políticas públicas capazes de fomentar tais iniciativas, de modo a viabilizar a agricultura familiar e camponesa mais empobrecida, contribuindo conseqüentemente, para as soberanias alimentar e energética no país e um desenvolvimento rural mais sustentável.

## **5. ESTUDOS DE CASO SOBRE EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS RURAIS DO SUL DO BRASIL**

Visando estabelecer um paralelo aos dados secundários e exemplificar qualitativamente esses processos de cooperação através de casos concretos, buscou-se analisar quatro experiências associativas desenvolvidas no meio rural da região Sul do Brasil. Os casos escolhidos são típicos da diversidade de situações geradas em estratégias desenvolvidas pelo campesinato liderado por movimentos sociais rurais nas últimas décadas.

### **5.1. A experiência da cooperativa Cooperjunho, Laranjeiras do Sul (PR)**

O Assentamento 08 de Junho se localiza a 7 km da cidade de Laranjeiras do Sul (PR), local onde se constituiu o grupo de mulheres cooperadas da agroindústria de panificação e a Cooperativa Agroindustrial Cooperjunho. Ambos fazem parte de um processo de organização e de luta pela terra que resultou na conquista do assentamento por 71 famílias, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O grupo de mulheres cooperadas foi criado inicialmente a partir de um Clube de Mães organizado pelas pastorais sociais da Igreja Católica, para atender as necessidades básicas de sobrevivência das famílias ainda no período de acampamento.

O grupo começou a funcionar efetivamente com quatro mulheres em 2005/2006, e hoje se encontra com dezessete mulheres e mais sete filhas das cooperadas, em um total de 24 trabalhadoras que se alternam na execução dos trabalhos. Aos poucos, o trabalho organizado pelo grupo, voltado à melhoria das condições de vida das mulheres assentadas, foi direcionado para uma pequena agroindústria de panificação. A experiência se desenvolveu inicialmente por um grupo informal, que, posteriormente, se incorporou ao processo de constituição da cooperativa Cooperjunho que reuniu dezessete famílias.

A organização do trabalho da cozinha (o grupo fornece refeições e marmitas para eventos), do panifício (venda direta ou fornecimento para programas públicos como PAA e PNAE) e a divisão dos resultados obtidos se dão principalmente entre as mulheres trabalhadoras do grupo, com base nos dias de trabalho de cada uma. Além da atividade ligada ao fornecimento de alimentos processados, o grupo de famílias ligadas à Cooperjunho desenvolve atividades como a feira agroecológica semanal, na cidade de Laranjeiras do Sul, opera uma cantina no campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, e desenvolve outras atividades (culturais, esportivas e gastronômicas) envolvendo

eventos de integração social e cultural, com a exploração de oportunidades econômicas para melhoria de renda.

O trabalho conta com um grupo de cinco integrantes mais experientes que coordenam as atividades, sendo dividida a responsabilidade entre as coordenadoras do dia e de higiene e limpeza, as quais dão amparo a todo o processo de produção. Essa dinâmica de trabalho e coordenação busca propor que todas tenham a mesma responsabilidade em relação ao desempenho do trabalho, com base nas metas estipuladas para cada dia, pois é uma dinâmica rotativa, buscando que todas passem a ocupar todos os cargos (BERTELA *et al.*, 2012).

Em termos de resultado econômico, o grupo vem acumulando saldos positivos e investimentos que possibilitaram a ampliação e a modernização da cozinha e do panifício e a aquisição de veículo próprio para comercialização. A participação no grupo resultou em melhoria da situação financeira das mulheres, sendo que elas mesmas administram o dinheiro que recebem, utilizando-o para comprar coisas para casa e para si próprias. A renda proporcionada pelo trabalho na panificadora passou a se somar à renda da família, o que possibilitou melhores condições para o grupo familiar como um todo. Isso é reforçado pelo depoimento de uma das participantes: “*Antes só tinha o dinheiro do leite, hoje tem um dinheiro a mais pra compra as coisas pros filhos e pra gente mesmo*” (BERTELA *et al.*, 2012).

A participação das mulheres no grupo proporcionou portanto, aspectos positivos, tais como: (1) o surgimento de uma cultura de participação no assentamento ampliando o número de mulheres envolvidas; (2) melhoria na renda familiar da maioria das integrantes, resultando em valorização dessas mulheres perante o grupo familiar e a comunidade; (3) aumento da participação das mulheres no grupo, inclusive as jovens, alterando a dinâmica das relações familiares, já que as integrantes do grupo por terem melhorada a realidade financeira, começam a se sentir no direito e na obrigação de ajudar ou tomar conta da administração dos recursos financeiros da família (Bertela *et al.*, 2012); (4) com a mudança da realidade financeira, as mulheres passaram a participar mais da vida pública do assentamento, espaço antes predominantemente masculino; (5) os resultados positivos obtidos pelo grupo e pela Cooperjunho têm provocado o surgimento de dinâmicas similares em outros grupos de agricultores(as) em outros assentamentos da região; (6) por fim, como ressalta uma das entrevistadas, há uma mudança na sociabilidade dessas trabalhadoras: “*A gente aprende viver, a conviver com as outras ideias e respeita as ideias dos outros. Mudou tudo, eu consigo ser mais compreensiva, mais companheira, saber o meu limite.*”

## **5.2 O caso Cooperunião, Dionísio Cerqueira (SC)**

Localizada no município de Dionísio Cerqueira (SC), a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Cooperunião) foi iniciada como um grupo de trabalho coletivo, em junho de 1988. A constituição legal da cooperativa se deu em 1990 envolvendo 41 agricultores assentados.

A partir da análise das condições de declividade e fertilidade das terras do assentamento, Incra e MST verificaram que a melhor opção dos pontos de vista técnico e econômico seria a constituição de um único grupo de trabalho coletivo envolvendo todas as famílias assentadas. Entretanto, devido a diferenças culturais e de experiência organizativa, o assentamento foi dividido em duas partes, sendo numa delas assentado um grupo de famílias ligado ao MST, e na outra um grupo formado por 25 famílias oriundas do próprio município de Dionísio Cerqueira.

As famílias foram selecionadas nas diversas comunidades do município sendo a condição coletiva do trabalho imposta como característica inegociável pelo Incra e pelo

MST, tendo em vista as características da área. Apesar disso e de algumas das pessoas terem vindo conscientemente para a experiência associativa, muitos desconheciam completamente o que seria o trabalho coletivo. Cerca de 60% das famílias acabaram desistindo e foram sendo gradualmente substituídas por pessoas que estavam em acampamentos ligados ao MST.

A Cooperunião, no momento em que foi fundada, envolveu apenas as famílias oriundas do MST. Com o passar do tempo, iniciou-se uma discussão no sentido de unificar os dois grupos sob uma mesma organização coletiva amparada pela cooperativa. Esse processo levou em torno de três anos. Houve uma preocupação em evitar medidas apressadas que colocassem em risco as duas experiências até então exitosas.

Em 1992, foi concluída a unificação do trabalho produtivo do setor de apicultura. Depois de intensas reuniões e reflexões, no ano de 1994, consolidou-se a unificação do processo produtivo, da terra e dos bens dos grupos. Assim, o assentamento dava origem a uma única cooperativa (CPA). As dificuldades perduraram algum tempo, mas aos poucos se desenvolveram a produção, a organização das famílias, a estrutura orgânica, a convivência coletiva. O número de associados da cooperativa em janeiro de 2000 chegou a 109 sócios, sendo 135 o número de trabalhadores, e a população total residente no assentamento, de 221 pessoas. Em 2011, a cooperativa contava já com 113 associados alcançando uma relativa estabilização do quadro social.

A Cooperunião se organiza através de setores de trabalho e de núcleos de famílias. Os setores envolvem as atividades produtivas: horta, gado leiteiro, avicultura, abatedouro, lavoura, construção, reflorestamento e culturas permanentes. A principal fonte de renda do coletivo é originada do abate de frangos, seguido pela lavoura e pela venda de leite. Os núcleos se constituem na esfera político-organizativa da cooperativa. O funcionamento da democracia interna é bastante vigoroso, havendo grande preocupação no envolvimento das pessoas nas decisões.

Em relação às políticas sociais internas, os associados da cooperativa têm direito a: (1) 15 dias de férias por ano, recebendo nesse período o equivalente à alimentação; (2) 3 meses de apoio maternidade para as gestantes (correspondente à alimentação). Caso não consigam o auxílio maternidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), as mães recebem o valor monetário equivalente à média do seu adiantamento de sobras no ano anterior; (3) desconto, pelo preço de custo, dos produtos produzidos internamente e consumidos pelos sócios, efetuado semestralmente (com exceção do frango, cujo desconto é mensal), por ocasião das distribuições de sobras oriundas do acerto das lavouras ou da erva-mate, efetuadas normalmente nos meses de janeiro e julho; (4) em caso de doença prolongada, cada pessoa recebe a média de todos os sócios durante o tempo que for necessário. A cooperativa assume também os gastos com despesas médicas, mas no caso da pessoa receber auxílio-doença do INSS, deve repassá-lo para o caixa geral da entidade; (5) a partir da idade legal de aposentadoria, o associado passa a receber a subsistência (alimentação) e 15% da renda. Caso a pessoa repasse o valor recebido do INSS para o caixa da cooperativa, passa a receber 100% da subsistência e da renda pela cooperativa<sup>9</sup>; (6) programa interno de educação de adultos (CHRISTOFFOLI, 2000).

O avanço econômico do coletivo refletiu no bem estar das famílias, que passaram a dispor de geladeira (100% das famílias), máquinas de lavar roupa (praticamente 100%), televisão (80%), antena parabólica (40%) e freezer (10%). No

---

<sup>9</sup> Numa primeira análise, pode parecer desvantajoso para o associado repassar o valor da aposentadoria para a CPA. Mas com a gradual melhoria nos valores monetários gerados pela CPA, os valores distribuídos às famílias tendem a ser maiores que o da aposentadoria.

âmbito da cooperativa, cada equipe de trabalho tem uma coordenação feita por dois cooperados, no sentido de impulsionar a organização e a execução das atividades. As linhas de produção que estão sendo desenvolvidas pela cooperativa têm três dimensões: (1) linhas estratégicas de produção, que são atividades em que se consegue agregação maior de valor, com produtos destinados ao mercado consumidor; (2) linhas de produção que suprem ou atendem as demandas das linhas de produção estratégicas; (3) linhas de produção ligadas ao funcionamento legal da cooperativa, às funções administrativas, e às funções sociais que atendem uma demanda necessária para a qualidade de vida das famílias que compõem a CPA. As atividades consideradas estratégicas são: produção e industrialização de frango de corte, produção de leite *in natura*, produção de erva-mate em folhas, produção de grãos e a piscicultura (Ansolin, 2011).

A Cooperunião utiliza duas formas de divisão das sobras, sendo a primeira a de adiantamento mensal para os sócios e, a outra, uma divisão anual das sobras. Os valores utilizados para essas divisões são aprovados em assembleia geral anual. Em setembro de 2011, o adiantamento mensal das sobras foi estabelecido no valor de R\$ 30.000,00, distribuído pelo número de horas que os sócios aplicaram no trabalho produtivo do respectivo mês. O recurso financeiro para a distribuição das sobras é oriundo das atividades desenvolvidas pela cooperativa, principalmente do frigorífico de aves e da produção de leite *in natura*. As demais produções também compõem esse valor, mas em menor escala.

Tanto no acerto (retirada) mensal como no anual, são descontados os valores que as famílias consumiram ao longo do ano e eventuais despesas pagas pela cooperativa. Para o rateio mensal de sobras, o saldo médio líquido monetário das famílias, em 2011, foi de R\$ 450,00. Com relação ao acerto anual, a média/família foi de R\$ 950,00 adicionais, no mesmo período. Com esses valores, as famílias podem investir em vestuário, móveis, etc. visto que as demais questões de subsistência já estão contempladas pelo coletivo (ANSOLIN, 2011).

As cooperativas de produção coletiva, exemplificadas pela Cooperunião, além de representarem uma mudança radical na forma de organização e do trabalho das famílias assentadas, acabam resultando em novas dinâmicas socioeconômicas e políticas no entorno onde são implantadas, sendo consideradas as experiências mais avançadas e complexas entre as existentes no meio rural.

### **5.3 As experiências das redes de microdestilarias no noroeste do RS**

O noroeste do Rio Grande do Sul, onde se localizam os municípios de Porto Xavier e Dezesseis de Novembro, é uma região reconhecida enquanto produtora tradicional de soja. No entanto, os agricultores familiares têm tradição no cultivo da cana-de-açúcar, em grande parte destinado ao autoconsumo ou à comercialização de produtos como melado, açúcar mascavo, cachaça, por meio de pequenas agroindústrias (RAMBO, 2006; 2011).

Para compreender a trajetória das microdestilarias, importa ressaltar que a produção de etanol no noroeste gaúcho tem sua gênese na organização social da região, consequência dos problemas gerados pela Revolução Verde: movimentos de mobilização contra o confisco da soja, pela queda da correção monetária, bem como contra a construção de barragens no rio Uruguai. São esses movimentos que dão origem à Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF), um importante ator na mobilização pela constituição da Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier (Coopercana), outro marco da organização regional.

A trajetória da Coopercana tem início em 1984, quando é constituída a Alpox S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier), que se valeu dos incentivos do Proálcool. Desde sua fundação, houve divergências entre sócios majoritários (empresários) e minoritários (agricultores familiares), o que levou à constituição da Coopercana, formada por agricultores familiares e funcionários da Alpox. Para que fosse possível a criação da Coopercana, foi fundamental a atuação das Igrejas (Católica e Evangélica), do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), da ASTRF e da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Porto Xavier (Coopax), na motivação e na organização dos agricultores e dos funcionários da usina em prol da criação da Cooperativa.

A Coopercana, que hoje possui cerca de 300 associados que cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, é a única usina de etanol do estado, responsável pelo atendimento de 4% da demanda de etanol do RS. Ambas, ASTRF e Coopercana, são marcos da organização local/regional e, junto a outros atores, são parceiras e incentivam os projetos das microdestilarias de Dezesseis de Novembro e Porto Xavier.

Concomitantemente, a partir da atuação da ASTRF e de entidades parceiras, surgiram discussões em outros municípios da região acerca da produção do agrocombustível em pequenas unidades de processamento. Na região, há atualmente 11 projetos de microdestilarias, dos quais, três já produzem etanol, envolvendo cerca de 400 famílias entre agricultores e assentados (BERNARDI, 2010).

Esse conjunto de projetos deu origem ao Fórum de Energias Renováveis Missões e Fronteira Noroeste, que reúne, além das microdestilarias, diversas organizações sindicais, cooperativas e governos municipais. O Fórum apoia a elaboração dos projetos técnicos das microdestilarias, além de discutir a implementação de modelos e políticas energéticas apropriadas à região. Outra organização ligada às microdestilarias é a Unicooper, formada por cooperativas da agricultura familiar, que incentivam a produção, o processamento e a comercialização de produtos diversificados e alternativos ao plantio da soja. Para incentivar a diversificação produtiva, a Unicooper apoia a produção de etanol, sendo que alguns projetos estão ligados diretamente às cooperativas que a integram.

No caso de Dezesseis de Novembro, foram cinco famílias que se reuniram em torno da produção de etanol. A microdestilaria foi inaugurada em 2007 e passou a produzir em 2008, tendo alcançado a produção de 30.000 litros de etanol. Para a implementação da microdestilaria, porém, tiveram que enfrentar pelo menos três problemas. O primeiro referia-se à disponibilidade de equipamentos de pequeno porte para a agricultura familiar. O segundo dizia respeito aos recursos necessários para a instalação da microdestilaria. O terceiro relaciona-se à comercialização do etanol, que não pode se dar de forma direta com o consumidor, mas deve ser realizada por uma empresa distribuidora, de acordo com normativas da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Este último ainda demanda uma solução. O primeiro problema começou a ser solucionado quando, em 2003, uma empresa familiar do município de Jaguari/RS se dispôs a criar os equipamentos e se mantém parceira da microdestilaria. E os recursos financeiros foram obtidos através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e do Pronaf Agroindústria, acessados por intermédio da Cresol Porto Xavier, cooperativa de crédito, à qual os agricultores se associaram.

Já a iniciativa para a constituição da Associação Agrícola São Carlos (Aasca), no município de Porto Xavier, está ligada à Coopercana. Lideranças dessa cooperativa, que também atuavam na Coopax e no STR, iniciaram as discussões em prol da constituição de uma nova associação, devido à escassez de oportunidades para os jovens do campo, em especial, para os filhos de associados da Coopercana. Os interessados dão

início, em 2003, à construção da infraestrutura via recursos do Pronaf Agroindústria. A agroindústria inicia a produção dos derivados de cana (melado, melaço, açúcar mascavo, cachaça), orgânica e sem utilização de fogo nos canaviais.

Para ampliar as alternativas de renda e diversificação da produção, a Aasca começa a produzir panificios (pães, bolachas, massa caseira) e pickles, incentivada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para diversificar, em 2007, a Associação acessa recursos do Pronaf e instala uma torre de destilação de etanol, ainda sem produção, além da aquisição de outros equipamentos para fomentar a produção de panificios, schmier e cachaça.

Em 2009, através do Pronaf Mais Alimentos, é adquirido um micro trator, destinado inicialmente ao manejo da horta para o fomento da produção de pickles, mas que também interessou aos associados, com a intenção de adaptá-lo ao corte da cana, uma vez que há dificuldades na obtenção de mão de obra. Em 2010, foi inaugurado um quiosque – projeto liderado pela Coopax junto à Aasca. O objetivo era criar mais um ponto de venda para os produtos oriundos da agricultura familiar do município.

#### **5.4 O Pacto Fonte Nova, Crissiumal (RS)**

O Pacto Fonte Nova surge como um programa municipal de desenvolvimento agroindustrial, em 1998, no município de Crissiumal, a partir de um processo de discussão envolvendo lideranças e instituições/organizações locais, proposto e coordenado pelo poder público municipal (RAMBO, 2011).

O Pacto Fonte Nova representou uma proposta de concertação entre atores locais reunindo: (a) agricultores – que produzem novos produtos; (b) comerciantes – que disponibilizam os produtos em seus estabelecimentos; (c) consumidores, que se comprometem a dar preferência ao consumo dos produtos fabricados pelos agricultores do município; e (d) poder público municipal.

Inicialmente propôs-se desencadear atividades que viabilizassem a agricultura familiar. A iniciativa teve por preocupação gerar melhorias para o pequeno agricultor por meio da agregação de renda, para evitar êxodo rural e migrações para outras regiões e, para o apoio na constituição de agroindústrias familiares.

As primeiras ações no Pacto consistiram em fortalecer os laços entre as organizações e as instituições. Além do Poder Executivo, as principais organizações e instituições que participaram desse processo foram Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato Rural, Cooperativa de Técnicos da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unitec), Cooperativa Mista Triticola de Campo Novo Ltda. (Cotricampo), Cooperativa Triticola Mista Alto Uruguai Ltda. (Cotrimaio), Sindicato dos Empregadores Rurais, Associação de Desenvolvimento Comunitário de Crissiumal (Adesco), Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

A partir da construção dos primeiros consensos, uma pesquisa de mercado foi realizada por alunos de uma escola estadual em parceria com a Emater. A pesquisa apontou que muitos produtos consumidos localmente eram provenientes de outras regiões. Isso indicava potencialidades não exploradas para circuitos curtos de comercialização. Assim, realizou-se um seminário, em 1998, no qual se discutiu a organização das produções agropecuária e agroindustrial. No II Seminário realizado em 1999, os comerciantes comprometeram-se a dar espaço em seus estabelecimentos aos produtos locais.

Após a concertação entre produtores e comerciantes, era necessária a articulação com os consumidores. Para isso, além de divulgar a ideia de pacto entre produtores, comerciantes e consumidores, criou-se o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) e a Central de Apoio. O SIM é responsável por liberar o Alvará de Inspeção

Municipal e o *Selo de Qualidade Fonte Nova*. Já a Central de Apoio têm a função de coordenar e integrar as áreas do programa, além de apoiar os produtores, desenvolvendo serviços de melhorias da imagem dos produtos, marketing, auxílio na participação em feiras, na busca de novos mercados.

Em 1998 e 1999, aderiram ao Pacto catorze agroindústrias e atualmente o Pacto Fonte Nova envolve 31 empreendimentos. Em 2011, registrou-se mais de 210 empregos diretos e industrialização de cerca de cem produtos. O faturamento bruto anual do ano de 2002 foi de mais de R\$1,5 milhão de reais (PACTO FONTE NOVA, 2011).

Compõem o programa agroindústrias produtoras de derivados de mel, leite, carne, cana-de-açúcar, mandioca, frutas, além de conservas, bolachas, pães, cucas e tortas, erva-mate, hortigranjeiros e fruticultura, vassouras, sabão, artesanato, tijolos. Um dos ramos da agroindústria que mais se destaca é o voltado ao processamento da cana-de-açúcar, podendo-se citar o caso da cachaça orgânica exportada para a Alemanha e Estados Unidos.

Em 2002, a partir do *Fonte Nova*, cria-se a Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais do Pacto Fonte Nova (Cooper Fonte Nova). A Cooperativa reúne em seu quadro social, tanto pessoas físicas quanto jurídicas: 26 agroindústrias e cerca de 160 pessoas. Outro resultado do Pacto é a criação do Circuito Turístico *Mundo Colonial*, iniciado em 2005, para organizar as excursões (turísticas, acadêmicas, de negócios) que visitam o município. Hoje, Crissiumal é conhecida como Terra das Agroindústrias, tendo o *Fonte Nova* recebido cerca de 450 visitas de diferentes estados brasileiros (PACTO FONTE NOVA, 2011).

Em função da rota turística, foi criado ainda o Comitê de Turismo Rural que atua como um conselho acerca das decisões sobre essa atividade. Dentro do Comitê surgiu a discussão que culminou na construção, em 2008, da Casa do Artesão, ponto de vendas do artesanato para quinze artesãos associados a Cooper Fonte Nova.

Passa pela Cooperativa ainda a gestão da Incubadora Empresarial de Crissiumal, criada dentro do Programa do Governo do Estado “Desenvolver RS”. Atualmente, as agroindústrias atuam de forma mais independente, em geral, buscando acessar políticas públicas individualmente, de acordo com suas demandas. Há uma mobilização maior em torno do PAA e do PNAE, com ações que reúnem cerca de quarenta famílias associadas.

Assim sendo, a partir do que menciona Wilkinson (2008), observa-se que em Crissiumal, ocorreu a redução da atuação no mercado de *commodities* – em especial a soja – em prol a um conjunto de novos mercados – especialidades (derivados de cana, embutidos, panifícios), orgânicos (derivados de cana orgânicos), artesanais (produtos da Casa do Artesão, vassouras, erva-mate), institucionais (produtos destinados ao PAA e ao PNAE), sendo que a experiência como um todo tem a perspectiva de um mercado solidário. Evidencia-se nesses mercados o papel das políticas públicas no sentido de incentivar a diversificação de atividades.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de desagregação social e destruição das comunidades camponesas no meio rural brasileiro desencadeado pela expansão do modo capitalista de produção no campo, especialmente através da adoção do modelo da Revolução Verde e mais recentemente do agronegócio, tem trazido desafios importantes para a sobrevivência e a evolução das condições de vida sob a forma de produção familiar. Confrontadas pelo crescente estreitamento de suas margens econômicas e pelas mudanças na expectativa de vida (abandono do meio rural pela juventude, especialmente as mulheres) as



unidades de produção e de vida camponesas buscam alternativas de sobrevivência, sendo uma delas a constituição de empreendimentos da economia solidária.

Este trabalho buscou traçar uma visão panorâmica dessa situação, ao passo que demonstrou, por meio de relatos de casos, a possibilidade de emergência de novos padrões de sociabilidade que congreguem o campesinato sobrando, numa perspectiva de revitalização de projetos de vida e trabalho no meio rural, em condições dignas de vida, compatíveis com os desafios da produção de alimentos, fibras e energia para as populações brasileira e mundial, ao mesmo tempo em que promove a preservação cultural e ambiental.

Considera-se que as experiências apresentadas, apesar de inúmeras dificuldades e desafios, evidenciam estilos de agricultura nos quais predomina a capacidade de adaptação (ELLIS, 2000) da agricultura familiar e camponesa frente ao *squeeze* da agricultura (PLOEG, 2008). Essas experiências pretendem um distanciamento e uma desconstrução de toda limitação e controle impostos pelo projeto modernizador. No entanto, políticas públicas fortalecidas e de novo tipo mostram-se necessárias para fomentar e dar conta da diversidade que marca a agricultura familiar e camponesa no Brasil.

Apesar de os estudos de caso expressarem a contribuição das iniciativas coletivas para a melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos, não é isso que expressam os dados secundários, fruto talvez de um viés individualista nos levantamentos realizados até o presente pelo poder público. Analisando as informações do Censo Agropecuário, observamos que dos 849.693 estabelecimentos de agricultura familiar na região Sul, apenas 17% contam com algum tipo de beneficiamento da produção, obtendo valor agregado adicional. Dentre os 142.902 estabelecimentos de agricultura familiar com instalação de beneficiamento, visualiza-se que menos de um por cento correspondem a beneficiamento comunitário (624 estabelecimentos). Por outro lado, os dados da Senaes, mais direcionados a captar a dinâmica da economia solidária, demonstram haver na região Sul 3.583 empreendimentos de economia solidária, envolvendo mais de meio milhão de pessoas associadas ou beneficiárias, abrangendo tanto o espaço urbano quanto rural.

Considerando os resultados positivos apontados pelos empreendimentos agroindustriais coletivos, evidenciados, sobretudo, pelos estudos de caso, além da magnitude dos empreendimentos de economia solidária na região Sul, tal como expressa o Atlas da Senaes e, por outro lado, a dificuldade em apreender essa realidade por meio dos dados do Censo Agropecuário, reforça-se a necessidade de mais pesquisas sobre essa temática, seja para apreender a diversidade de experiências específicas, apontando potencialidades e limitações, seja metodologias capazes de captar essas realidades e expressá-las em dados secundários que possam subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias organizativas adequadas a essa realidade emergente.

## REFERÊNCIAS

- ANSOLIN, Tatiane. **Ampliação da produção da piscicultura na cooperativa de Produção União do Oeste, Dionísio Cerqueira, SC**. 2011. TCC, IFPR, Rio Bonito do Iguaçu/Curitiba.
- ANSELIN, Luc. Local indicators of spatial association-LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.
- BERNARDI, Cecilia. **Relatório final de consultoria**. 2010. Manuscrito.

BERTELLA, Carina; SANTOS, Cristina; OLEIAS, Márcia. **Análise da percepção econômica, social e política das cooperadas do grupo de mulheres do assentamento 8 de Junho**. 2013. Trabalho de Conclusão da disciplina Economia da Cooperação, UFFS, . Laranjeiras do Sul. Mimeo.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. O partido impresso: Imprensa e hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: ANPUH, julho 2011.

CHACON, Vamireh. Cooperativismo e comunitarismo. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 1959.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas coletivas de produção de trabalhadores rurais no capitalismo: contradições, limites e possibilidades**. 2000. Dissertação (Mestrado), Curitiba: UFPR,.

CONCRAB. Perspectiva da cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de cooperação agrícola nº 4**. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 5**. São Paulo, 1997.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

ESTERCI, Neide (org). **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ISER, 1984.

FLORAX, Raymond; NIJKAMP, Peter. **Misspecification in Linear Spatial Regression Models**. Tinbergen Institute Oct. 2003.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – O Princípio Educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. II.

HAAL, Richard. **Organizações: estruturas e processos**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984.

HADDAD, Eduardo; PIMENTEL, Edgard. **Análise da Distribuição Espacial da Renda no Estado de Minas Gerais: Uma Abordagem Setorial**. Texto para discussão, NEREUS. São Paulo. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censos Agropecuários de 1996 e 2006**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab\\_censoagro.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab_censoagro.shtm)>.

\_\_\_\_\_. **SIDRA**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acessado em jun 2014.

LESAGE, James. **The Theory and Practice of Spatial Econometrics**. Toledo: Departamento de Economia da Universidade de Toledo 1999. Mimeo.

MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: ESTERCI, Neide (org.). **Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ISER, 1984.

MELLONI, Eugênio. **Agricultura familiar é apontada como modelo**. São Paulo, 1999. Mimeo.

PACTO FONTE NOVA. **Conheça o Pacto Fonte Nova**. Crissiumal, 2011. Disponível em: <<http://www.pactofontenova.com.br/>> . Acesso em 10 maio 2011.

PLOEG, Jan Dowe Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2008.

RAMBO, Anelise Graciele. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **A Contribuição da Inovação Territorial Coletiva e da Densidade Institucional nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional: A experiência da Coopercana – Porto Xavier/RS**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFRGS, Porto Alegre.

ROTHSCHILD-WHITT, Joyce. The collectivist organization: alternative to rational bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, pp. 509-527. Washington : American Sociological Association. aug. 1979.

RYDLEWSKI, Carlos e CAMPOS, Elisa. A nova festa das commodities. **Revista Época Negócios**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2013/09/nova-festa-das-commodities.html>>. Acesso em set 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. (IPODE). Projeto Edital MCT/CNPq 15/2007, 2007.

SECEX/MDIC. **Evolução de valores das exportações, importações e saldos do agronegócio. 1997-2012**. Disponível em: <[www.iaa.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=12737](http://www.iaa.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=12737)>. Acesso em set 2013.

SENAES. **Atlas de Economia Solidária**. Brasília: SENAES/MTE, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

Submissão: Julho de 2013

Aprovação: Novembro de 2013